



Nome: _____

**05 – CONTADOR – PROVA 01****PROVA ESCRITA OBJETIVA
CADERNO DE QUESTÕES**

Leia atentamente as instruções abaixo e aguarde a autorização para abertura deste caderno de questões.

1. **Confira o seu CADERNO DE QUESTÕES nos primeiros 30 minutos de prova.** Caso haja algum erro de impressão, ausência de questão, dentre outros, a prova poderá ser substituída nesse intervalo de tempo.
2. Assine seu nome no espaço próprio do CARTÃO-RESPOSTA, utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta. A não assinatura incide na **DECLASSIFICAÇÃO DO CANDIDATO**.
3. Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 opções identificadas com as letras A, B, C, D e E. Você deve assinalar apenas uma opção em cada questão, caso contrário, ela será nula.
4. Não dobre, não amasse nem manche o CARTÃO-RESPOSTA. Ele **NÃO** poderá ser substituído.
5. O tempo disponível para esta prova é de **3h**.
6. Reserve os 30 minutos finais para marcar seu CARTÃO-RESPOSTA. Os rascunhos e as marcações assinaladas no CADERNO DE QUESTÕES não serão considerados na avaliação.
7. Quando terminar a prova, entregue-a ao fiscal **SEM FALTAR NENHUMA PÁGINA OU PARTE DELA**, juntamente com o CARTÃO-RESPOSTA. Em seguida, assine a LISTA DE PRESENÇA. Caso o CADERNO DE QUESTÕES E/OU o CARTÃO-RESPOSTA estejam rasgados ou incompletos, o candidato será eliminado.
8. Você também será excluído do certame caso:
 - a) Utilize, durante a realização da prova, máquinas e/ou relógios de calcular, bem como rádios, gravadores, fones de ouvido, telefones celulares ou fontes de consulta de qualquer espécie.
 - b) Ausente-se da sala em que realiza a prova levando consigo o CADERNO DE QUESTÕES e/ou CARTÃO-RESPOSTA, antes do prazo estabelecido.
 - c) Deixe de assinalar corretamente o campo no CARTÃO-RESPOSTA.
 - d) Seja um dos três últimos candidatos e deixe o local de prova sem acompanhar o fiscal à coordenação.

GABARITO

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	

Prefeitura Municipal de Teutônia – RS
Concurso Público – 001/2023



**05 – CONTADOR – PROVA 01****CONHECIMENTOS GERAIS****TEXTO**

Para compreender a questão da grilagem, é necessário conhecer as formas históricas de distribuição e aquisição de terras no Brasil. No período colonial, a divisão do território em sesmarias (imensos lotes de terras virgens distribuídos em nome do rei de Portugal para agricultura) criou problemas que estão na origem da questão fundiária atual.

Um primeiro problema surge da dificuldade em se mapear um território tão extenso. Além disso, amplas áreas não eram utilizadas do ponto de vista produtivo. Outro problema vem da escassez de população, que limitava a ocupação do território e a disponibilidade de força de trabalho no campo. Estima-se que, até 1700, a população brasileira era de apenas 300 mil habitantes, em boa medida concentrados no litoral nordestino e nas regiões mineradoras, segundo aponta Celso Furtado em seu livro *Formação Econômica Brasileira*.

Por fim, somam-se a essas questões limitações políticas de domínio territorial, já que muitas regiões, principalmente no interior do país, não eram administradas na prática pela coroa portuguesa ou eram regiões em disputa com outros países. [...]

Com a independência do país em 1822 e a revogação do regime das sesmarias, instaurou-se um vazio jurídico que reforçou a ocupação espontânea. O território em construção e seus confins alimentavam os mais diversos anseios de apropriação e exploração, tanto para os atores mais vulneráveis do campo (camponeses, indígenas, caboclos, escravos libertos) quanto para os mais providos. [...]

A Lei de Terras, de 1850, que dispõe sobre as terras devolutas no Império, passa a ser um marco na regulação fundiária nacional ao estipular que o acesso à terra não mais se daria pela mera ocupação, e sim por meio da sua compra. Ao instituir a propriedade privada e o mercado de terras, a Lei de Terras estabeleceu, ao mesmo tempo, a definição de terra pública. Assim, todos os possuidores (sesmeiros e posseiros) tinham um prazo estabelecido para registrarem suas terras, sob pena de estas caírem em comisso, isto é, de voltarem ao domínio público e serem consideradas, portanto, terras devolutas. [...]

Ela é, ainda, interpretada como um texto conservador, cuja preocupação foi garantir a perma-

nência de oferta de mão de obra barata ao setor agropecuário e consolidar as elites agrárias num momento em que o fim da escravatura estava se desenhando. De fato, ela exclui do mercado fundiário todos aqueles que não possuem recursos para adquirir terra. [...]

Esse processo consolidou dois perfis que ajudam a compreender a complexidade da posse de terras. O primeiro perfil remete a camponeses que, ainda que não possuíssem o título da terra, moravam e produziam nos locais já ocupados. São os chamados posseiros. A Lei de Terras garantiu a sua permanência como ocupantes legítimos; porém, novas ocupações não poderiam se dar da mesma forma. Daí em diante, as terras teriam que ser compradas do Estado. O outro perfil é o de grupos que também ocupavam as terras de maneira irregular, mas falsificavam documentos de concessão das antigas sesmarias ou documentos de transmissão de posse como forma de serem reconhecidos como os verdadeiros donos da terra. Esses são os chamados grileiros. [...]

Por tudo isso, é possível concluir que a Lei de Terras de 1850, longe de contribuir para discriminar as terras públicas das privadas, serviu, em grande medida, como mecanismo para incorporação ilegal de terras públicas e consolidação de áreas griladas.

A partir de então, a grilagem se consolidou como uma prática lucrativa de controle da terra. À medida que a ocupação do território se intensificou, conflitos se multiplicaram entre posseiros, grileiros e proprietários. O progressivo adensamento da estrutura fundiária nas áreas de agricultura consolidada contribuiu no avanço e na busca por novas terras nas áreas ainda pouco cobiçadas, com baixa ocupação populacional.

É nas áreas de fronteira agrícola, onde o mercado fundiário é ainda balbuciante e a delimitação das propriedades muito imprecisa, que a grilagem se expressa com maior força e continua liderando, como no passado, a apropriação de terras. Nelas, o Estado não consegue conter a grilagem, por não ter um registro cartográfico completo das terras públicas, nem cadastro da delimitação precisa das propriedades privadas. [...]

As fronteiras agrícolas do Cerrado e da Amazônia, por exemplo, são notoriamente marcadas por grilagem e conflitos fundiários, onde é comum ver uma mesma terra sendo reivindicada por duas,



três ou quatro pessoas distintas. Não por coincidência, as fronteiras agrícolas das últimas décadas se destacam pelo grande tamanho dos estabelecimentos agrícolas e por concentrar muita terra em poucas mãos.

Por essas características e pela incapacidade do poder público em regulá-la, a grilagem tornou-se, também, um dos motores da concentração fundiária no país. [...]

Existem muitos mecanismos jurídicos de execução da grilagem. A origem do termo é ligada ao uso de grilos trancados em uma caixa com documentos forjados, a fim de envelhecer artificialmente o documento para parecer mais legítimo. Hoje, porém, os protocolos de falsificação de documentos se sofisticaram, inclusive com o uso de técnicas digitais, e são facilitados pela própria legislação agrária e ambiental.

Os cartórios são a espinha dorsal do sistema, já que aceitam abrir matrículas com uma documentação incompleta ou suspeita. Uma vez que o proprietário tem o ônus de provar o desmembramento do imóvel particular a partir do patrimônio público, esse momento da alienação para um agente privado é o que se escolhe com maior frequência para forjar documentos, abrindo-se uma matrícula sem indicar a origem do imóvel.

A partir disso, se constrói uma cadeia dominial sucessória, através da qual é reconstituída toda a genealogia das sucessivas compras, vendas e transmissões de um bem desde a sua forjada saída do patrimônio público. [...]

Outra modalidade são as ações judiciais que procuram reconhecer terras devolutas como sendo privadas para driblar a proibição constitucional de usucapião de terras públicas. [...] A mesma operação pode ser realizada com declarações de posse que, mediante ação de um cartório conivente, podem ser transcritas como sendo registros de propriedade. Existe ainda, a técnica de retificação de área no registro de propriedade, na qual solicita-se que os limites de uma propriedade sejam modificados em cartório. Nesse caso, a matrícula existe, mas o pretendo proprietário alega um erro na área registrada e solicita a ampliação dos seus contornos. [...]

Paralelamente, as medidas de regularização ambiental implementadas pelo Código Florestal de 2012 instauraram o Cadastro Ambiental Rural (CAR), que vem sendo usado como um cadastro fundiário informal nas operações de grilagem, para comprovar a ocupação e propriedade de terra. [...]

Além de usurpar uma terra pública, os registros digitais conflitam muitas vezes com outros ocupantes dessas áreas que ainda não têm os seus direitos reconhecidos. As organizações de defesa das populações indígenas e tradicionais se mobilizam para denunciar essas práticas e alertam o poder público sobre a urgência de fazer o CAR de todas as terras de uso ou propriedade coletivos. [...]

Os estudos realizados sobre os usos do CAR e dos mecanismos simplificados de regularização fundiária apontam a existência de esquemas organizados de grilagem e denunciam, ainda, uma relação causal entre desmatamento ilegal e grilagem. [...]

Um estudo do Instituto Socioambiental na Amazônia avaliou em 11,6 milhões o número de hectares registrados no CAR em nome de terceiros e sobrepostos a Unidades de Conservação federais na Amazônia em 2020. Se acrescentar a isso as Unidades de Conservação estaduais, TI e as florestas públicas não destinadas, as sobreposições de CAR de terceiros sobre áreas protegidas na Amazônia Legal chegam a 29 milhões de hectares, dentre as quais 3,5 milhões em Terras Indígenas. [...]

BÜHLER, È. A; ZUCHERATO, B; IZECKSOHN, J. *As novas faces da grilagem no Brasil*. In: Revista Ciência Hoje [CH 395]. Disponível em: <<https://cienciahoje.org.br/artigo/as-novas-faces-da-grilagem-no-brasil/>>. Último acesso em 15 de junho de 2023. (Adaptado)

Questão 01

“No período colonial, a divisão do território em sesmarias (imensos lotes de terras virgens distribuídos em nome do rei de Portugal para agricultura) criou problemas que estão na origem da questão fundiária atual.”

De acordo com o texto, a palavra “fundiária” tem relação sinonímica com a palavra:

- a) Latifundiária.
- b) Autoritária.
- c) Agrária.
- d) Proprietária.
- e) Subsidiária.

Questão 02

“O território em construção e seus confins alimentavam os mais diversos anseios de apropriação e exploração, tanto para os atores mais vulneráveis do campo (camponeses, indígenas, caboclos, escravos libertos) quanto para os mais providos.”



As palavras destacadas no segmento acima podem ser substituídas, sem prejuízo semântico, respectivamente, por:

- a) Atributos, interesses, abastados.
- b) Limites, desejos, munidos.
- c) Projetos, interesses, ricos.
- d) Bens, desejos, abastecidos.
- e) Fronteiras, vontades, poderosos.

Questão 03

“Ela é, ainda, interpretada como um texto conservador, cuja preocupação foi garantir a permanência de oferta de mão de obra barata ao setor agropecuário e consolidar as elites agrárias num momento em que o fim da escravatura estava se desenhando.”

Assinale a alternativa que reescreve CORRETAMENTE o trecho acima, respeitando a norma culta da língua portuguesa.

- a) Ela ainda é interpretada como um texto conservador, cuja preocupação foi tanto garantir a permanência de oferta de mão de obra barata ao setor agropecuário quanto consolidar as elites agrárias em um momento no qual o fim da escravatura estava se desenhando.
- b) Ela é, ainda, interpretada como um texto conservador, onde a preocupação foi garantir a permanência de oferta de mão de obra barata no setor agropecuário e consolidar as elites agrárias num momento onde o fim da escravatura estava se desenhando.
- c) Ela é ainda interpretada como um texto conservador cuja preocupação foi garantir a permanência de oferta de mão de obra barata ao setor agropecuário e consolidar as elites agrárias num momento que o fim da escravatura estava se desenhando.
- d) Ela é, ainda, interpretada como um texto conservador, que a preocupação foi garantir a permanência de oferta de mão de obra barata ao setor agropecuário e consolidar as elites agrárias num momento aonde o fim da escravatura estava se desenhando.
- e) Ela é, ainda, interpretada como um texto conservador, em que a preocupação foi garantir não menos a permanência de oferta de mão de obra barata ao setor agropecuário que consolidar as elites agrárias num momento que o fim da escravatura estava se desenhando.

Questão 04

“É nas áreas de fronteira agrícola, onde o mercado fundiário é ainda balbuciante e a delimitação das propriedades muito imprecisa”.

O termo destacado no fragmento acima está sendo usado no seu sentido figurado. É CORRETO afirmar que essa palavra pode ser substituída nesse contexto por:

- a) Principiante.
- b) Hesitante.
- c) Inconstante.
- d) Vibrante.
- e) Insipiente.

Questão 05

No trecho “A partir disso, se constrói uma cadeia dominial sucessória, através da qual é reconstituída toda a genealogia das sucessivas compras, vendas e transmissões de um bem”, o termo destacado se refere, CORRETAMENTE, a(à):

- a) Domicílio.
- b) Família.
- c) Domínio.
- d) Território.
- e) Âmbito.

Questão 06

“Estima-se que, até 1700, a população brasileira era de apenas 300 mil habitantes, em boa medida concentrados no litoral nordestino e nas regiões mineradoras, segundo aponta Celso Furtado em seu livro Formação Econômica Brasileira.”

O termo destacado no trecho acima deve ser classificado CORRETAMENTE como:

- a) Numeral.
- b) Substantivo.
- c) Adjetivo.
- d) Conjunção.
- e) Pronome.

Questão 07

“[...] somam-se a essas questões limitações políticas de domínio territorial, já que muitas regiões, principalmente no interior do país, não eram administradas na prática pela coroa portuguesa ou eram regiões em disputa com outros países”.

A locução conjuntiva “já que” no trecho acima introduz o mesmo significado que se encontra na expressão destacada em:



- a) “Uma vez que o proprietário tem o ônus de provar o desmembramento do imóvel particular a partir do patrimônio público, esse momento da alienação para um agente privado é o que se escolhe com maior frequência para forjar documentos”.
- b) “Assim, todos os possuidores (sesmeiros e posseiros) tinham um prazo estabelecido para registrarem suas terras, sob pena de estas caírem em comisso, isto é, de voltarem ao domínio público e serem consideradas, portanto, terras devolutas”.
- c) “O primeiro perfil remete a camponeses que, ainda que não possuíssem o título da terra, moravam e produziam nos locais já ocupados”.
- d) “Se acrescentar a isso as Unidades de Conservação estaduais, TI e as florestas públicas não destinadas, as sobreposições de CAR de terceiros sobre áreas protegidas na Amazônia Legal chegam a 29 milhões de hectares”.
- e) “A mesma operação pode ser realizada com declarações de posse que, mediante ação de um cartório conivente, podem ser transcritas como sendo registros de propriedade”.

Questão 08

No trecho “A medida que a ocupação do território se intensificou, conflitos se multiplicaram entre posseiros, grileiros e proprietários”, a expressão destacada estabelece, em relação ao fato contido na oração principal, a relação de:

- a) Conformidade.
b) Causa.
c) Tempo.
d) Proporcionalidade.
e) Concessividade.

Questão 09

“Por essas características e pela incapacidade do poder público em regulá-la, a grilagem tornou-se, também, um dos motores da concentração fundiária no país.”

Considerando o trecho acima, é CORRETO afirmar que:

- a) A palavra “grilagem” é formada por derivação regressiva.
b) O termo “concentração” exige um complemento nominal.
c) O verbo “regular” está na sua forma infinitiva.
d) O verbo “tornar-se” é transitivo direto.
e) “em regulá-la” exerce a função de adjunto adnominal.

Questão 10

“A mesma operação pode ser realizada com declarações de posse que, mediante ação de um cartório conivente, podem ser transcritas como sendo registros de propriedade.”

Os termos destacados devem ser classificados, respectivamente, como:

- a) Pronome demonstrativo, Pronome relativo, Preposição.
b) Pronome demonstrativo, Conjunção, Preposição.
c) Adjetivo, Pronome relativo, Conjunção.
d) Adjetivo, Conjunção, Conjunção.
e) Pronome substantivo, Conjunção, Preposição.

Questão 11

Conforme Constituição Federal de 1988, são estáveis _____ de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna.

- a) Após dois anos.
b) Após quatro anos.
c) Após três anos.
d) Após um ano.
e) Após cinco anos.

Questão 12

Nos Municípios de até 15.000 (quinze mil) habitantes, para a composição das Câmaras Municipais, será observado o limite máximo de:

- a) 7 (sete) Vereadores.
b) 9 (nove) Vereadores.
c) 11 (onze) Vereadores.
d) 13 (treze) Vereadores.
e) 15 (quinze) Vereadores.

Questão 13

Analise as afirmativas a seguir, conforme Constituição Federal de 1988:

- I- A soberania é princípio que rege as relações internacionais da União.
II- O pluralismo político é objetivo fundamental da República Federativa do Brasil.
III- Erradicar a pobreza não é objetivo fundamental da República Federativa do Brasil.

A seguir, assinale a alternativa CORRETA:



- a) Apenas os itens I e III estão incorretos.
- b) Apenas os itens I e II estão corretos.
- c) Apenas o item I está correto.
- d) Apenas o item II está correto.
- e) Todos os itens estão incorretos.

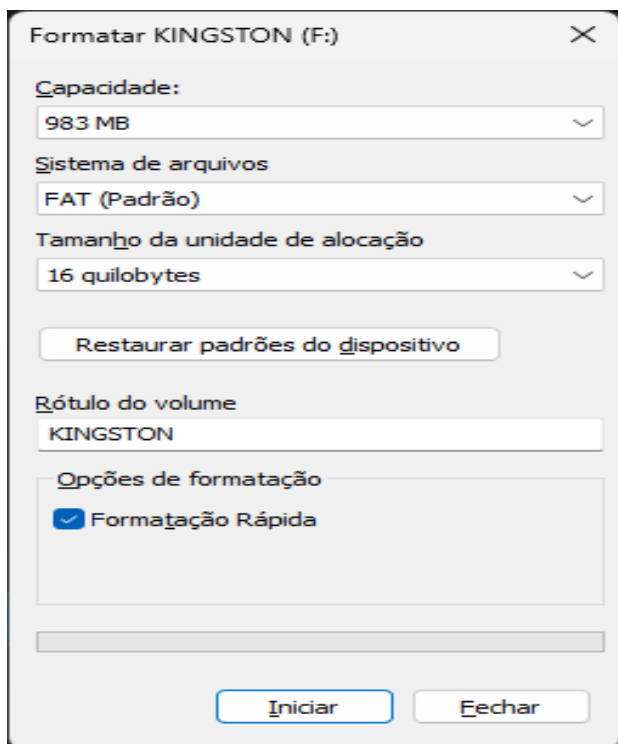
Questão 14

Um bolo de chocolate foi $\frac{3}{12}$ vendido ao José por R\$ 13,50 e dividiu com sua amiga Natália. Esta, ficando impressionada com o delicioso sabor, resolveu comprar o restante da torta. Assinale quanto Maria pagou.

- a) R\$ 34,00.
- b) R\$ 38,50.
- c) R\$ 40,50.
- d) R\$ 43,00.
- e) R\$ 45,50.

Questão 15

Considere um usuário utilizando um computador com o Microsoft Windows 11 instalado. A partir do Explorador de Arquivo, ele realiza algumas ações até chegar na seguinte imagem:



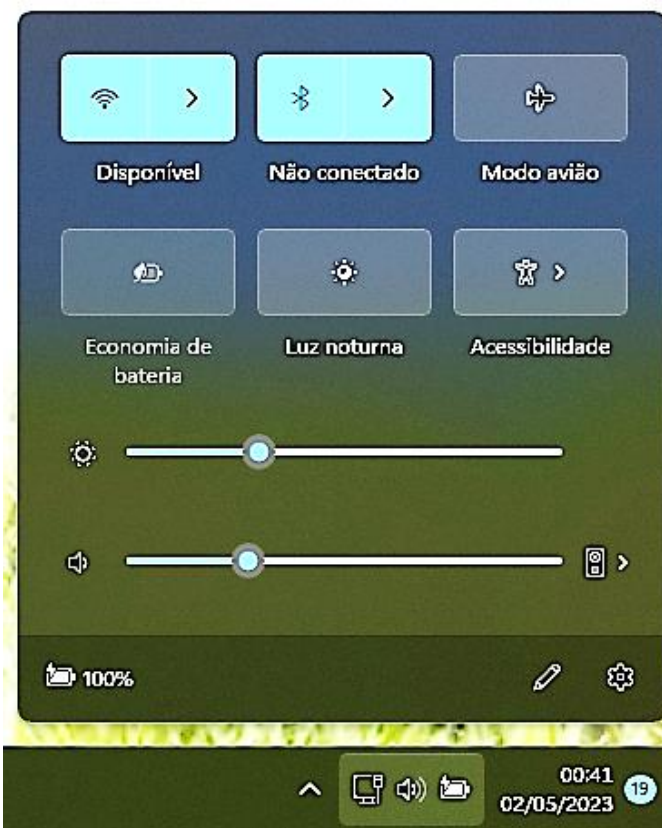
O usuário precisa garantir que o processo de formatação verificará a integridade de cada setor enquanto exclui os blocos existentes. Diante do exposto, assinale a alternativa que apresenta a opção

que o usuário necessita alterar para realizar a formatação conforme desejado pelo usuário.

- a) Capacidade.
- b) Rótulo do Volume.
- c) Formatação Rápida.
- d) Sistema de Arquivos.
- e) Tamanho da Unidade de Alocação.

Questão 16

Nos parques tecnológicos, é comum aos usuários do Microsoft Windows verificar e editar o estado atual de diversos recursos do computador. Neste contexto, imagine que um usuário está em um computador com Microsoft Windows 11 e observa a imagem a seguir da área de notificação:



Diante do exposto, assinale a alternativa CORRETA.

- a) É possível para o usuário alterar o contraste do monitor a partir desta tela da área de notificação.
- b) É possível para o usuário acionar o recurso de legendas ao vivo a partir desta tela da área de notificação.
- c) É possível para o usuário atualizar o driver da placa de rede sem fio a partir desta tela da área de notificação.
- d) É possível para o usuário alterar o dispositivo de entrada de áudio da estação a partir desta tela da área de notificação.



- e) É possível para o usuário desativar a conectividade com e sem fio do computador a partir desta tela da área de notificação.

Questão 17

O Microsoft Windows oferece diversos recursos para que usuários organizem e manipulem seus arquivos dentro do computador. Considere que um usuário acessa uma pasta que se encontra na área de trabalho de uma estação com Microsoft Windows 11 e seleciona o único documento de texto contido na pasta. O usuário então executa a seguinte sequência de comandos/teclas:

- 1) Ctrl + A
- 2) Ctrl + X
- 3) Ctrl + V
- 4) Enter

Assinale a alternativa que descreve o resultado final da execução dessa sequência de comandos/teclas.

- a) É criada uma cópia do arquivo selecionado, sendo esta cópia aberta em seguida e seu conteúdo exibido para o usuário.
- b) É criada uma cópia do arquivo selecionado, sendo o arquivo original aberto em seguida e seu conteúdo exibido para o usuário.
- c) O arquivo original é recortado e colado na mesma pasta, sendo este arquivo aberto em seguida e seu conteúdo exibido para o usuário.
- d) O arquivo original é recortado e colado na mesma pasta, sendo que este arquivo continua fechado e sem exibição de seu conteúdo para o usuário.
- e) A pasta e o arquivo nela contido são enviados para a lixeira do sistema, desaparecendo assim da área de trabalho.

Questão 18

Os cargos públicos do município de Teutônia-RS serão providos por:

- I- Nomeação e Recondução.
- II- Readaptação e Reversão.
- III- Reintegração e Aproveitamento.

A seguir, assinale a alternativa CORRETA:

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas o item II está correto.
- c) Apenas o item III está correto.
- d) Apenas os itens I e III estão corretos.
- e) Todos os itens estão corretos.

Questão 19

O Exercício é o desempenho das atribuições do cargo pelo servidor. Sobre o assunto e com base no Estatuto do Servidor Público do Município de Teutônia- RS, assinale a alternativa CORRETA.

- a) É de 30 (trinta) dias o prazo para o servidor entrar em exercício, contados da data da posse.
- b) Será tornado sem efeito o ato de nomeação que não for feito pelo chefe do setor para o qual o servidor for designado.
- c) Exercício deve ser dado pelo chefe do poder executivo municipal.
- d) É de 15 (quinze) dias o prazo para o servidor entrar em exercício, contados da data da posse.
- e) Será tornado sem efeito o ato de nomeação, se não ocorrer a posse ou exercício, nos prazos legais.

Questão 20

São segurados do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS do município de Teutônia:

- a) O servidor público titular de cargo efetivo dos órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo, suas autarquias e fundações públicas.
- b) Os aposentados nos cargos efetivos e em comissão.
- c) O servidor ocupante de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.
- d) O servidor ocupante de cargo temporário ou emprego público.
- e) O segurado aposentado que exerça ou venha a exercer cargo em comissão, cargo temporário, emprego público ou mandato eletivo vincula-se, facultativamente, ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**Questão 21**

São os elementos normativos que se articulam no processo de planejamento governamental:

- a) Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei do Orçamento Anual.
- b) Plano anual, Lei de Diretrizes Financeiras e Orçamentárias e Lei do Orçamento Anual.
- c) Plano anual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei do Orçamento Plurianual.
- d) Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei do Orçamento Plurianual.
- e) Plano anual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei do Orçamento Anual.

**Questão 22**

Tarifas são tributos cobrados sobre a importação de mercadorias. No Brasil, essa tarifa é chamada de Imposto de Importação (II). Tanto nesse como nos demais países, as tarifas podem ser qualificadas de acordo com a modalidade. A respeito desse tema, faça a CORRETA associação:

- (1) Ad valorem.
(2) Específica.
(3) Mista.
- Cobrada quando o esquema é tanto ad valorem como específico.
 Cobrança de um valor em unidade monetária sobre a mercadoria importada.
 Cobrança de um percentual (%) sobre o valor da mercadoria.
- a) 3-1-2.
b) 1-3-2.
c) 1-2-3.
d) 3-2-1.
e) 2-1-3.

Questão 23

“(…) é o tipo de dívida que compreende os compromissos de exigibilidade superior a doze meses, contraídos para atender ao desequilíbrio orçamentário ou financeiro de obras e serviços públicos”. (Lei nº. 4320/1964)

A definição acima refere-se ao conceito de:

- a) Dívida fundada.
b) Dívida flutuante.
c) Dívida ativa.
d) Dívida passiva.
e) Dívida em moeda estrangeira.

Questão 24

Considerando o previsto na Lei nº 4.320/64, é INCORRETO afirmar que:

- a) Os serviços públicos industriais, ainda que não organizados como empresa pública ou autárquica, manterão contabilidade especial para determinação dos custos, ingressos e resultados, com prejuízo da escrituração patrimonial e financeira comum.
b) Levantamento geral dos bens móveis e imóveis terá por base o inventário analítico de cada unidade

administrativa e os elementos da escrituração sintética na contabilidade.

- c) O Balanço Financeiro demonstrará a receita e a despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.
d) A contabilidade manterá registros sintéticos dos bens móveis e imóveis.
e) Haverá registros analíticos de todos os bens de caráter permanente, com indicação dos elementos necessários para a perfeita caracterização de cada um deles e dos agentes responsáveis pela sua guarda e administração.

Questão 25

Acerca da contabilidade elaborada de acordo com os padrões estabelecidos na Lei nº 4320/64, é possível afirmar que:

- a) A importância da despesa anulada após o encerramento do exercício será considerada como receita do exercício em que se efetivar a operação de anulação.
b) As despesas devem ser registradas dentro do exercício financeiro a partir do qual foram geradas, motivo pelo qual se adota o regime de competência e o empenho é o momento desse registro, em todas as hipóteses.
c) Os registros, quanto aos bens de caráter permanente dos órgãos públicos, serão sintéticos sempre que ocorrerem no último quadrimestre do ano corrente.
d) São exemplos de dívida consolidada, os serviços da dívida a pagar.
e) O fato gerador da ocorrência da receita determina o momento do seu registro, razão pela qual se adota o regime de competência.

Questão 26

Esse termo pode significar que em determinado momento a população economicamente ativa realiza o volume de atividade máxima que é capaz de realizar e pode dizer-se que isso se traduz numa situação em que todo o indivíduo que se apresenta no mercado de trabalho à procura de ocupação a encontra. Tal conceito, em economia, tem como base uma situação em que não existe qualquer forma de desperdício, seja do capital ou do trabalho. Ou seja, significa a utilização da capacidade máxima de produção de uma



sociedade e, evidentemente, deve ser utilizada para elevar a qualidade de vida da população.

O texto acima refere-se ao conceito de:

- a) Trade-off.
- b) Curva de Phillips.
- c) Curva de juros.
- d) Pleno emprego.
- e) Risco moral.

Questão 27

A Demonstração de Fluxo de Caixa NÃO será obrigatória para as companhias fechadas com patrimônio líquido, na data do balanço, inferior a:

- a) R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).
- b) R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).
- c) R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).
- d) R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais).
- e) R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais).

Questão 28

A elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo método indireto requer uma conciliação entre o lucro líquido e o caixa gerado pelas operações. Para fazer a conciliação, são necessários alguns ajustes ao lucro. Assinale a alternativa que NÃO corresponda a um ajuste ao lucro líquido, necessário para a elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo método indireto:

- a) Resultado negativo de equivalência patrimonial.
- b) Custo do imobilizado, baixado por sua venda, à vista.
- c) Despesa com depreciação de imobilizado.
- d) Ganho na venda, à vista, de imobilizado.
- e) Ganho na venda, a prazo, de imobilizado.

Questão 29

Uma empresa de construção de imóveis apresentou, em 31 de dezembro de 2021, o total do seu Patrimônio Líquido no valor de R\$ 300.000,00. No ano seguinte, a empresa apresentou as seguintes movimentações:

- Integralização de capital em dinheiro
R\$ 20.000,00
- Lucro Líquido do Período
R\$ 40.000,00

- Constituição de reserva legal
R\$ 2.000,00
- Reversão de reserva para contingência
R\$ 500,00
- Destinação do lucro para dividendos obrigatórios
R\$ 80.000,00
- Aquisição de ações em tesouraria
R\$ 50.000,00

Levando em consideração apenas os dados presentes no enunciado, assinale a alternativa que contém o Patrimônio Líquido da empresa em 31/12/2022.

- a) R\$ 130.000,00.
- b) R\$ 30.000,00.
- c) R\$ 230.000,00.
- d) R\$ 200.000,00.
- e) R\$ 330.000,00.

Um determinado contador, analisando o livro-razão de uma empresa para qual prestava consultoria, encontrou os seguintes dados:

- Aluguéis a vencer: R\$ 15.000
- Caixa: R\$ 20.000,00
- Capital a integralizar: R\$ 5.000,00
- Capital social: R\$ 120.000,00
- Custo das mercadorias vendidas: R\$ 195.000,00
- Depreciação acumulada: R\$ 12.000,00
- Estoques: R\$ 65.000,00
- Fornecedores: R\$ 45.000,00
- Imóveis: R\$ 55.000,00
- Prejuízos acumulados: R\$ 20.000,00
- Receita de vendas: R\$: 190.000,00

A partir dos dados acima, responda as questões 30 e 31.

Questão 30

A soma do total de saldos devedores é:

- a) R\$ 350.000,00.
- b) R\$ 300.000,00.
- c) R\$ 375.000,00.
- d) R\$ 275.000,00.
- e) R\$ 200.000,00.

Questão 31

A soma do total de saldos credores é:

- a) R\$ 295.000,00.
- b) R\$ 325.000,00.



- c) R\$ 300.000,00.
- d) R\$ 375.000,00.
- e) R\$ 367.000,00.

Questão 32

Na abertura de uma sociedade empresarial, os sócios decidiram pelo Capital Social de R\$ 10.000,00. O montante de R\$ 5.000,00 foi integralizado em dinheiro na conta corrente da empresa e o restante será integralizado um mês depois. Assinale a alternativa que descreve corretamente algum aspecto relacionado a esse lançamento.

- a) Lançamento a crédito em Bancos, no valor de R\$ 5.000,00.
- b) Lançamento a débito em Capital a integralizar no valor de R\$ 5.000,00.
- c) Lançamento a débito em Capital Social no valor de R\$ 10.000,00.
- d) Lançamento a débito em Bancos no valor de R\$ 10.000,00.
- e) Lançamento a crédito em Capital a integralizar no valor de R\$ 5.000,00.

Questão 33

De acordo com a doutrina contábil, o Balanço Patrimonial possui a seguinte estrutura:

Fazem parte do Balanço Patrimonial de determinada empresa as seguintes contas e seus respectivos montantes:

- Clientes: R\$ 5.000,00
- Fornecedores: R\$ 15.000,00
- Reserva de Capital: R\$ 1.000,00
- Imóveis: R\$ 120.000,00
- Capital Social: R\$ 30.000,00
- Depreciação Acumulada: R\$ 20.000,00
- ICMS a recolher: R\$ 500,00
- ICMS a recuperar: R\$ 300,00
- Empréstimos a pagar: R\$ 35.000,00

A partir das informações acima, responda CORRETAMENTE:

- a) A empresa apresenta passivo a descoberto.
- b) A empresa está em uma boa situação patrimonial, pois seu ativo total é R\$ 125.300,00.
- c) O Patrimônio Líquido da empresa é R\$ 30.000,00.
- d) A empresa possui uma boa situação patrimonial, pois o total dos passivos e patrimônio líquido é R\$ 81.500,00, ou seja, inferior aos ativos.
- e) A empresa é controlada por outra.

Questão 34

A respeito das demonstrações contábeis e o seu processo de reconhecimento de itens no ativo, passivo, patrimônio líquido, receita e despesa, julgue os itens a seguir.

- Somente itens que atendem à definição de ativo, passivo ou patrimônio líquido devem ser reconhecidos no balanço patrimonial.
- Somente itens que atendem à definição de receitas ou despesas devem ser reconhecidos na demonstração do resultado e na demonstração do resultado abrangente.
- Nem todos os itens que atendem à definição de um desses elementos devem ser reconhecidos.

Assinale a alternativa CORRETA.

- a) V-F-V.
- b) V-F-F.
- c) F-F-F.
- d) V-V-V.
- e) F-V-F.

Questão 35

O resultado abrangente visa apresentar os ajustes efetuados no Patrimônio Líquido como se fosse um lucro da empresa, por exemplo, a conta ajuste da avaliação patrimonial registra as modificações de ativos e passivos a valor justo, que, pelo princípio da competência, não entram na Demonstração do Resultado do Exercício, no entanto, no lucro abrangente estas variações serão computadas, a fim de apresentar o lucro o mais próximo da realidade econômica da empresa.

Nesse contexto, assinale a alternativa que indica um item que NÃO compõe o Resultado Abrangente.

- a) Ganhos e perdas de hedge de investimento no exterior.
- b) Variações na reserva de reavaliação, quando permitidas legalmente.
- c) Ganhos e perdas atuariais em planos de pensão com benefício definido.
- d) Ganhos e perdas de hedge de investimento no exterior.
- e) Ganhos e perdas na mensuração de ativos financeiros disponíveis para venda.

Questão 36

De acordo com IUDICIBUS (2021), “o entendimento profundo da natureza do patrimônio líquido significa



muito mais do que meramente defini-lo como ativo menos obrigações. Conquanto esta fórmula seja suficiente para muitas operações algébricas (ou para sua explicação) do patrimônio, sua validade está bastante limitada à teoria do proprietário. Vimos, por outro lado, que várias teorias explicativas do patrimônio líquido (ou de sua natureza) são disponíveis, cada uma com seus méritos e limitações e nenhuma podendo fornecer base completa de explicação. A teoria da entidade, todavia, é a prevalecente, em um grande número de aplicações.”

Se uma entidade cuja situação patrimonial líquida está em equilíbrio apresentar, em seus saldos patrimoniais do Passivo Circulante e Passivo Não Circulante, um total que representa 80% dos Ativos Totais, então, o percentual do Patrimônio Líquido em relação a estes ativos corresponde a:

- a) 100%
- b) 20%
- c) 120%
- d) 40%
- e) 60%

Questão 37

Lúcia e Edmundo decidiram abrir uma empresa prestadora de serviços de alimentação. Para tal finalidade, cada um se comprometeu a integralizar o montante de R\$ 250.000,00. Assim, Edmundo integralizou sua parte com veículos e imóveis no valor combinado. Porém, um mês depois, Maria só havia integralizado o montante de R\$ 100.000,00, que foi o resultado da venda de um antigo imóvel que possuía.

Assinale a alternativa que indica o valor do Capital Social Subscrito.

- a) R\$ 500.000,00.
- b) R\$ 350.000,00.
- c) R\$ 100.000,00.
- d) R\$ 250.000,00.
- e) R\$ 450.000,00.

Questão 38

A empresa Perelandra Ltda, durante determinado exercício financeiro, vendeu 500 unidades do seu produto ao preço unitário de R\$ 5,00. Outras informações a respeito da entidade durante o respectivo exercício:

- Abatimentos sobre vendas: R\$ 100,00
- Impostos sobre vendas: R\$ 250,00
- Descontos Condicionais Concedidos: R\$ 150,00
- Estoque inicial de produtos: R\$ 700,00
- Compras do período: R\$ 20,00
- Estoque final de produtos: R\$ 80,00

Sabendo que essas foram as únicas informações relevantes durante o período, assinale qual o Resultado Operacional Bruto da empresa.

- a) R\$ 1.510,00.
- b) R\$ 1.360,00.
- c) R\$ 1.660,00.
- d) R\$ 2.150,00.
- e) R\$ 1.590,00.

Questão 39

Uma determinada empresa comercial efetuou compra parcelada de mercadoria para a revenda no valor de R\$ 350,00. Nesse valor, incide o montante de R\$ 35,00 a título de ICMS. Assinale a alternativa CORRETA com relação ao lançamento contábil a ser feito pela empresa para esse fato:

- a) D- Estoques – R\$ 350,00
C- Caixa – R\$ 350,00
- b) D- Estoques – R\$ 315,00
D- ICMS a recolher – R\$ 35,00
C- Fornecedores - R\$ 350,00
- c) D- Despesas com Estoques – R\$ 350,00
C- Caixa – R\$ 350,00
- d) D- Estoques – R\$ 315,00
D- ICMS a recuperar – R\$ 35,00
C- Fornecedores – R\$ 350,00
- e) D- Caixa – R\$ 350,00
C- ICMS a recuperar – R\$ 35,00

Questão 40

O Estado, para obtenção dos recursos materiais necessários ao custeio dos serviços públicos, pode se utilizar de meios semelhantes aos dos particulares, em vez de fazer uso do poder tributário. A taxa, nesse contexto, é tributo que o Estado exige do particular, em benefício da coletividade, exercitando seu poder de polícia e realizando, mediante solicitação, despesas em prol do contribuinte, ou ainda colocando à disposição serviço específico da atividade estatal.

A respeito das taxas, assinale a alternativa CORRETA.



CONCURSO PÚBLICO



- a) O serviço público prestado mediante cobrança de taxa não precisa ser específico.
- b) O serviço público prestado mediante cobrança de taxa não precisa ser divisível.
- c) O serviço é divisível, quando ministrado ao contribuinte a qualquer título, isto é, porque lhe interesse ou porque deva sujeitar-se a ele por sua atividade em relação a terceiros.
- d) O serviço é potencial, quando compulsório, funcione efetivamente à disposição do contribuinte.
- e) Taxas estão presentes no Código Tributário Nacional, mas não na Constituição Federal de 1988.